

**AO JUÍZO DA VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI DA
CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DO xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx**

Processo nº: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

fulano de taal, já qualificado nos autos da Ação Penal acima epigrafada, que lhe move o Ministério Público, vem, pela Defensoria Pública, com fulcro art. 588 do Código de Processo Penal, apresentar

**RAZÕES DE RECURSO EM SENTIDO
ESTRITO**

em face da decisão de pronúncia ao Id n. xxxxxxxxxxxx, considerando a prévia interposição ao Id n. xxxxx.

Requer seja recebida e regularmente processada, intimando-se o Ministério Público para a apresentação das contrarrazões, com posterior efetivação do juízo de retratação, reformando-se a decisão ora impugnada. Caso assim não se entenda, pugna-se pela remessa ao Tribunal de Justiça do xxxx, para o julgamento do vertente recurso.

Fulano de tal
Defensor Público
Matrícula n. xxxxxx

AO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

RAZÕES DE RECURSO EM SENTIDO
ESTRITO

APELANTE: fulao de tal
APELADO: Ministério Público do xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
ORIGEM: Vara do Tribunal do Júri da Circunscrição Judiciária do xxxxxx
PROCESSO DE ORIGEM: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

I - SÍNTESE FÁTICA

Cuida-se de ação penal na qual o Ministério Público imputou a prática do delito previsto no art. 121, § 2º, incisos I e IV, c/c art. 14, inciso II, do Código Penal, em que o acusado teria tentado ceifar a vida do ofendido FULANO DE TAL com golpes de faca, supostamente motivado pela torpeza e mediante recurso que dificultou a defesa da vítima.

Encerrada a instrução criminal, o juízo *a quo* pronunciou o acusado, nos exatos termos da denúncia, mantendo sua prisão preventiva.

II- FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

II.I - EXCLUSÃO DA QUALIFICADORA PREVISTA NO INCISO IV DO § 2º DO ART. 121 DO CÓDIGO PENAL. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA CORRELAÇÃO

O art. 41 do Código de Processo Penal dispõe que a denúncia conterá a exposição do fato criminoso, com todas as suas circunstâncias.

O acusado foi denunciado pelo crime de tentativa de homicídio qualificado pela utilização de recurso que dificultou a defesa do ofendido. Isso porque, conforme a denúncia, a vítima teria sido surpreendida nas proximidades de um bar:

Os fatos criminosos se deram mediante recurso que dificultou a defesa da vítima, na medida em que **foi surpreendida** nas proximidades de um bar. (...)

No dia e local dos fatos, o denunciado observou Ítalo Rian frequentar a residência de Hilda e suspeitou que eles estivessem tendo um relacionamento amoroso.

Por isso, armou-se com uma faca e o surpreendeu, dando-lhe diversos golpes.

Verifica-se que a denúncia descreve a qualificadora (surpresa), mas não descreve no que consistiu a referida surpresa. Em outras palavras, expôs a tipificação do ilícito, mas não as circunstâncias fáticas que ensejam o reconhecimento de tal tipificação. Dessa maneira, o reconhecimento da qualificadora na decisão de pronúncia viola o princípio da correlação, pois não há fato que justifique a incidência da qualificadora.

Com efeito, este TJDFT possui precedentes que demonstram que descrever genericamente a surpresa não é suficiente para a incidência da qualificadora do inciso IV do §2º do art. 121 do Código Penal. Por todos, ver:

RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. ART. 121, CAPUT, DO CP. IMPRONÚNCIA. INDÍCIOS SUFICIENTES DE AUTORIA. IMPOSSIBILIDADE. EXCESSO DE LINGUAGEM. EXCLUSÃO DE

PARÁGRAFOS MACULADOS PELO VÍCIO. QUALIFICADORA DO INCISO IV, DO § 2º, DO ART 121, DO CP. AFASTAMENTO. (...)

5. A qualificadora referente à utilização de mecanismo que dificultou a defesa da vítima há de ser excluída, para que o acusado responda apenas por homicídio simples, se a circunstância não foi devidamente descrita na denúncia, não servindo para tanto a simples menção "surpresa" ou "gesto tão repentino" praticado pelo réu. (...)

(Acórdão 416912, Relator: ROBERVAL CASEMIRO BELINATI, Relator Designado: ARNOLDO CAMANHO DE ASSIS 2ª Turma Criminal, data de julgamento: 25/2/2010, *g.n.*).

Logo, há que se efetivar a exclusão da referida qualificadora, por violação ao princípio da correlação entre denúncia e pronúncia, dada a debilidade da descrição fática inscrita na exordial acusatória.

II.II - REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA

A defesa requer seja revogada a prisão preventiva do acusado, por ausência dos fundamentos hábeis a legitimarem a segregação.

O *decisum* primevo lastreou o claustro provisório ao fundamento do *risco à ordem pública* e da *aplicação da lei penal*, em razão da “(...) gravidade concreta do delito – tendo a vítima sido atacada de surpresa e por motivação torpe - e na fuga do distrito da culpa. Essas evidências demonstram a elevada periculosidade do réu, cujas condutas se mostram avessas ao convívio social. Assim, imperiosa a segregação cautelar a fim de resguardar a sociedade de crimes graves” (Id n. xxxxxxxxxxxx, fl. 02).

Ocorre que o acusado, longe de querer se furtar à

aplicação da lei penal, entregou-se à polícia. Há esclarecimento em sede de audiência de custódia no sentido de que, após ser intimado, o réu compareceu à 6ª Delegacia de Polícia do Paranoá, momento em que o mandado de prisão foi cumprido (Id n.,xxxxxx).

A alegação foi comprovada pelo documento de Id n. xxxxxx, em que a própria autoridade policial descreveu que o acusado compareceu espontaneamente à Delegacia.

Convém destacar que, não obstante a argumentação retro, o juízo singular manteve a prisão preventiva, fundamentado na propalada persistência do *risco à ordem pública*, cujo *pericullum libertatis* residiria na “(...) gravidade concreta do delito, pelo que a vítima teria sido esfaqueada por ciúmes, em ataque surpresa. Ressalte-se, também, que após os golpes de faca, com a vítima ensanguentada, tentando se proteger, o denunciado ainda teria permanecido no local tentando alcançar Rian e gritando que o mataria” (Id n. xxxxxxxxxxxx, fl. 05).

Ora, vê-se que a motivação da prisão preventiva – esclarecida a situação fática de que o réu só foi preso por ter comparecido espontaneamente à Delegacia de Polícia – se lastreia apenas na gravidade abstrata do delito, com a descrição da conduta supostamente perpetrada, *i.e.*, a tentativa de homicídio.

Vale destacar, ademais, que a denúncia imputa delito na modalidade tentada, e que o réu nunca procurou o ofendido ou a ex-namorada Hilda após os fatos. O próprio ofendido não possui receio do acusado, tanto que prestou depoimento na presença dele (Id n. xxxxxxxxxxxxxx).

Por fim, é de se pontuar que o acusado é primário e de bons antecedentes, não respondendo a nenhum outro processo

criminal.

III- PREQUESTIONAMENTO

Considerando o entendimento do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça acerca da necessidade de prequestionamento para conhecimento das matérias analisadas pelas instâncias ordinárias, como requisito de admissibilidade dos recursos extraordinário e especial, requer a manifestação expressa deste Tribunal quanto aos dispositivos acima mencionados, notadamente os dispositivos abaixo elencados, considerando-se todos eles prequestionados desde já:

- art. 5º, LVII, da CRFB;
- art. 8.2 da Convenção Americana de Direitos Humanos, incorporada ao direito interno pelo Decreto n. 678/1992;
- art. 155, art. 312, art. 313, art. 413, art. 414, todos do Código de Processo Penal.

IV- PEDIDOS

Ante o exposto, requer-se o regular processamento das razões em tela, dando provimento ao recurso para que seja:

- a) decotada da decisão de pronúncia a qualificadora do art. 121, §2º, inciso IV, do Código Penal;
- b) expedido o competente alvará de soltura em favor do réu, revogando-se a prisão preventiva.

Fulano de tal
Defensor Público
Matrícula n. xxxxxxxxx
